



Ciclovía implantada na cidade de Sorocaba-SP

[Foto: Prefeitura de Sorocaba]

## FÓRUM NACIONAL

### EM REUNIÃO COM A FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS, SECRETÁRIOS DEBATEM CAMINHOS PARA A REDUÇÃO TARIFÁRIA, GESTÃO E DIA MUNDIAL SEM CARROS

Representantes do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Transporte Urbano e Trânsito reuniram-se na tarde de 4 de julho de 2013, na sede do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), em São Paulo, com o presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o prefeito de Porto Alegre, José Fortunati.

Coordenado pelo presidente do Fórum Nacional, Renato Gianolla, o encontro contou com cerca de 60 participantes, entre secretários e especialistas do setor, e foi considerado significativamente representativo, por reunir representantes de municípios de todas as regiões do País, que participavam em São Paulo do Seminário da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) e da feira correlata Transpúblico 2013.

A reunião foi articulada antes das manifestações de junho entre a Frente Nacional de Prefeitos, o Fórum Nacional de Secretários, a Associação Nacional dos Transportes Públicos (ANTP) e o Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT). A ideia era organizar um ato público com prefeitos ainda no mês de julho, marcando a contagem regressiva de dois meses para o Dia Mundial sem Carro, que acontece anualmente em 22 de setembro.

Diante das manifestações em diversas capitais brasileiras pela redução das tarifas e por melhorias no transporte público de passageiros, o encontro agregou outros te-

mas, em especial, a transparência da gestão e financiamento do transporte público, incluindo debates sobre o projeto de lei em tramitação no Congresso que instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Urbano de Passageiros (REITUP), o tema do subsídio cruzado (taxação do álcool e da gasolina para custeio do transporte coletivo), fundos e conselhos de transporte, e gestão metropolitana do transporte.

Os temas discutidos na reunião de 4 de julho foram incorporados à pauta da 81ª Reunião do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Transporte Urbano, marcada para os dias 8 e 9 de agosto de 2013, na cidade de Guarulhos, vizinha à capital paulista



O prefeito José Fortunati e o secretário Renato Gianolla durante o encontro.

[Foto: Frente Nacional de Prefeitos]

# FÓRUM NACIONAL

## FORTUNATI QUER FONTE PERMANENTE DE CUSTEIO PARA REDUZIR VALOR DAS TARIFAS

O prefeito José Fortunati situou como principais desafios nas grandes e médias cidades brasileiras a saúde, a educação, a segurança pública – atribuição estadual que acaba afetando a administração municipal – e a mobilidade urbana. Quanto à mobilidade, assinalou que a os problemas decorrem sobretudo de uma política, empreendida há várias décadas, por sucessivos governos, de desenvolvimento econômico com base na indústria automobilística, resultando no favorecimento do transporte individual em detrimento do transporte público.



José Fortunati

Disse que, na crise internacional de 2008, um dos pilares adotados pelo governo federal para dar sustentação econômica ao País foi oferecer novos incentivos à indústria automobilística. “Nós, gestores municipais, acabamos pagando duplamente a conta dessa política. De um lado, com a isenção do IPI, nós, os municípios, arrecadamos menos através do Fundo de Participação dos Municípios. E depois, o que vocês enfrentam no cotidiano e que é exatamente o grande gargalo da mobilidade: cada vez mais automóveis sendo despejados nas ruas e cada vez mais congestionamentos. E de quem se cobra isso? Não é do governo federal, não é do governo dos Estados. É do prefeito, da prefeita, do secretário de mobilidade”.

**LIMITES DAS DESONERAÇÕES** – O presidente da Frente Nacional de Prefeitos afirmou que a desoneração tributária é importante para reduzir os custos do transporte público, mas que há limite para o alcance desse tipo de política, assinalando que a renúncia fiscal acarreta redução de receita e, por consequência, diminuição de ações e projetos para a população. Ele explicou que em Porto Alegre, os cinco centavos a menos na tarifa, medida definida dias antes, representará um corte anual de até R\$ 17 milhões em investimentos; como serão os cortes, é algo

a ser decidido por meio dos mecanismos do orçamento participativo do município. “Alguém vai ter uma obra a menos, uma ação a menos. Não é a classe média que vai pagar essa conta e nem a classe alta. Será exatamente a população mais carente, aquela que mais precisa das ações públicas, que mais precisa do dinheiro público”.

O prefeito prega uma reflexão a respeito de “quais são as fontes de financiamento e quais são as regras para que a tarifa seja adequada”, inclusive quanto a gratuidades. “Porto Alegre tem 31% de isenções. É uma coisa maluca! Quase todo mundo anda de graça naquela cidade! Mas alguém paga a conta. Quem paga a conta? O desempregado, a dona de casa”. Ele prosseguiu, afirmando ser necessário realizar o debate sobre essa questão, sem receio de que isso seja impopular e que mexa com algumas categorias, interesses e privilégios. “Passe livre para estudante, eu considero uma excrescência. Não vou aceitar nunca. Para um aluno do Colégio Americano, que paga R\$ 2 mil de mensalidade, vamos dar passe livre? De jeito nenhum! Nem que a vaca tussa!”

**IDEIAS** – Segundo o prefeito porto-alegrense, é necessário buscar fontes permanentes de custeio que possibilitem a redução do custo da tarifa para o usuário. Ele sugeriu, como “lição de casa”, que os secretários debatessem e levassem para a 81ª Reunião do Fórum Nacional de Secretários, em agosto, propostas sobre dois temas específicos: o projeto de lei que cria o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Urbano de Passageiros (REITUP), ao qual os municípios podem aderir, e que envolve desoneração tarifária com contrapartidas tributárias e de qualificação dos sistemas, e o ‘subsídio cruzado’, com a taxação do álcool e da gasolina dos veículos particulares com direcionando os recursos para o transporte público.

**A FAVOR DOS SUBSÍDIOS** – O presidente do Fórum Nacional, Renato Gianolla fez referência a pesquisa recente mostrando que apenas 7% das cidades contam com conselhos municipais de transporte, assinalando que o tema deve ser discutido setor. Ele também se disse favorável à concessão de subsídios ao transporte, desde que o poder público municipal tenha condições de fiscalizar e garantir a correta aplicação desse tipo de recursos. “O gerenciamento forte do poder público é uma bandeira do Fórum do Nacional e dos Fóruns Regionais”, concluiu

## FORÇA PARA O 'DIA SEM CARRO'

Responsável pelo escritório da ANTP em Brasília, presidente do Instituto RuaViva e coordenador do MDT (Movimento pelo Direito ao Transporte Plúcio de Qualidade para Todos), Nazareno Affonso falou sobre a oportunidade de haver neste ano um grande esforço dos municípios para que se amplie a Jornada ‘Na Cidade, Sem Meu Carro’ também conhecida como o Dia Mundial sem Carro. Ele explicou que o objetivo da iniciativa é fazer com que o poder público municipal estimule a população a refletir a respeito dos problemas decorrentes do uso excessivo do automóvel, e sobre como é prejudicial a dependência da maior parte das pessoas em relação ao carro. A ‘Jornada’ surgiu na França em 1997, foi adotada na União Europeia e depois ganhou o mundo. Foi trazida para o Brasil no

ano 2000 pelo Instituto Rua Viva, que, desde então, coordena nacionalmente a iniciativa. “Em todos estes anos, buscamos fazer com que as municipalidades ofereçam à população a oportunidade de experimentar formas alternativas de mobilidade, e descobrir que é possível se locomover pela cidade deixando o carro em casa”. O dirigente está otimista com a iniciativa neste ano, pois, além de não ser um ano eleitoral, o 22 de setembro cairá em um domingo, facilitando a realização de atividades.

O prefeito Fortunati conclamou secretários a apresentarem sugestões que ajudarão a ampliar a envergadura do Dia Mundial sem Carro no Brasil. “Levem essas ideias para a 81ª Reunião do Fórum Nacional”, disse. O tema faz parte da pauta do encontro, marcado para os dias 8 e 9 de agosto, em Guarulhos-SP.



## FÓRUM NACIONAL

### SEM SUBSÍDIOS, HAVERÁ DIFICULDADES PARA REAJUSTES TARIFÁRIOS, ALERTA TATTO

O secretário de Transportes do município de São Paulo, Jilmar Tatto, advertiu que é preciso encontrar logo uma fórmula para subsidiar o custo das tarifas, pois, caso contrário, os prefeitos terão dificuldades em promover o próximo reajuste desse preço. "Aumentar a passagem é perverso para quem paga, mas, ao mesmo tempo, não se pode congelar a tarifa. Os prefeitos vão ter dificuldade de aumentar as tarifas daqui para a frente. Acredito que será preciso usar este ano para aprovar um mecanismo que possa trazer recursos de custeio que ajudem nos subsídios concedidos pelas prefeituras. Com isso, poderemos evitar onerar ainda mais os sistemas de transporte e evitar também que o usuário pague muito".



Jilmar Tatto

Para o secretário paulistano, a tarifa deve ser paga pelo usuário, pela sociedade – via subsídio com recursos do tesouro –, e também pelos proprietários dos automóveis. Ele garantiu que a Frente Nacional de Prefeitos tem uma boa proposta para obter os recursos: cobrar na bomba de gasolina o valor do subsídio para o transporte público.

Tatto criticou a proposta de gratuidade geral no sistema de transporte. "Acho errado esse negócio do passe livre. É injusto, preconceituoso, danoso para o sistema. E acho que discutir tarifa zero para um setor apenas também não está certo". A seu ver, a gratuidade para estudantes deve ser entendida como política social, destinada àqueles que realmente não podem pagar.

Tatto criticou a proposta de gratuidade geral no sistema de transporte. "Acho errado esse negócio do passe livre. É injusto, preconceituoso, danoso para o sistema. E acho que discutir tarifa zero para um setor apenas também não está certo". A seu ver, a gratuidade para estudantes deve ser entendida como política social, destinada àqueles que realmente não podem pagar.

**TRANSPARÊNCIA** – Sobre o tema da transparência, Tatto disse que, na cidade de São Paulo, depois da implantação do Bilhete Único, o poder público sabe exatamente o quanto entra e como saem os recursos no sistema de transporte. "É a prefeitura que tem o poder de arrecadar e depois os operadores são remunerados (...) Não tem caixa preta!". Ele anunciou que a prefeitura passaria a publicar diariamente na Internet os valores referentes ao transporte público no município.

O presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre, Vanderlei Luís Cappelari, sugeriu no encontro que se formule um modelo de tarifa nacional, de modo que os municípios possam recorrer a ela como parâmetro, dissipando a desconfiança sobre os cálculos tarifários. "Nestes dias, os jornais de Porto Alegre estão fazendo uma sequência de matérias, buscando encontrar alguma coisa escondida dentro da tarifa. É impressionante o questionamento! "Falamos em pontos que poderiam ser melhor explicados. Nós tomamos a decisão ontem de tentar explicar o que significa cada ponto da tarifa".



Vanderlei Cappelari

Nós tomamos a decisão ontem de tentar explicar o que significa cada ponto da tarifa".

### GESTÃO METROPOLITANA DO TRANSPORTE E DIÁLOGO COM GOVERNOS ESTADUAIS

Mário Reali, ex-prefeito de Diadema, assessor do prefeito da capital paulista para assuntos da Região Metropolitana, abriu o segmento do encontro de 4 de julho em que se discutiu a questão metropolitana do transporte público. Ele assinalou que, de modo geral, as regiões metropolitanas brasileiras cresceram dentro de uma lógica que empurrava as populações mais pobres para áreas mais distantes e que, em razão disso é preciso haver a integração física e tarifária para que o custo do transporte seja menor para os usuários. Citando com exemplo da Região Metropolitana de São Paulo, afirmou: "O maior problema que temos é o usuário do sistema de transporte metropolitano, que paga seis, sete reais pelo transporte intermunicipal e, depois, um certo valor para o metrô. Sabemos que as regiões metropolitanas se desenvolveram com a expansão da periferia e hoje a população mais excluída mora mais longe e arca com o ônus das maiores tarifas".

Reali realçou a importância de haver uma instância de coordenação do transporte. "Hoje, na Região Metropolitana de São Paulo, temos 39 sistemas municipais, sistemas intermunicipais – algumas linhas dos intermunicipais são da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), havendo ainda a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) o Metrô-SP. E não há um fórum para articulação desses modais".

**DIÁLOGO COM O GOVERNO ESTADUAL** – O presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Ailton Brasiliense Pires, destacou a importância do diálogo dos municípios com o governo estadual para avançar na questão da governança da mobilidade nas regiões metropolitanas. "Precisamos construir um novo relacionamento e dialogar com o governo estadual, um parceiro que pode nos ajudar e pode nos atrapalhar muito na construção um modelo. Se chegarmos a uma autoridade metropolitana eu não sei, mas rediscutir os papéis do Estado e dos Municípios e o quanto cada um é complementar à atuação do outro no campo da mobilidade nas regiões metropolitanas, a meu ver, é algo muito importante".

Durante o encontro, sugeriu-se que parcela do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), importante arrecadação estadual, pudesse ser direcionada para financiar o transporte público. Ailton Brasiliense aproveitou para comentar o tema, assinalando: "Alguém sabe quanto se deveria receber de IPVA? Alguém já foi atrás para saber quanto deveria ser recebido e quanto efetivamente se recebe? O que sabemos dos Detrans é o seguinte: pelo menos 30% da frota não pagam IPVA, não pagam multa e nem licenciamento. Logo, observa-se uma evasão de receita de 30%, ou seja, R\$ 5 bilhões passam pelo vão dos dedos todos os anos. E nós nunca questionamos os nossos parceiros, os governadores, para que os Detrans esclareçam essa situação. Por conta disso, permanece nas ruas uma frota cujos proprietários que não respeitam coisa alguma: faixa exclusiva, corredor, nada! Ficam impunes. E impõem um custo adicional para o transporte público".



Novos ônibus colocados em circulação em Ponta Grossa no mês de julho.

[Foto: Prefeitura de Ponta Grossa]

## FÓRUM PARANAENSE

### EM PONTA GROSSA, É ELEITA A NOVA COORDENAÇÃO DO FÓRUM PARANAENSE

Nos dias 27 e 28 de junho de 2013, aconteceu na cidade de Ponta Grossa a 6ª Reunião do Fórum Paranaense de Secretários e Dirigentes Públicos de Transporte Urbano e Trânsito. Nesse encontro, o advogado Cícero Porcelani, presidente da Comissão de Transporte, Trânsito e Mobilidade da Sub Sessão da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PR de Maringá e diretor de Educação de Trânsito da Secretaria de Transporte e Trânsito daquele município, foi eleito, por aclamação, presidente do Fórum Paranaense.

**INÍCIO DOS TRABALHOS** – Na abertura dos trabalhos, o secretário de Transporte e Trânsito de Ponta Grossa, engenheiro Eduardo Guimarães Kalinoski, deu as boas-vindas em nome do município e agradeceu aos participantes e aos patrocinadores do encontro. Ele informou que, ao contrário do previsto, o prefeito Marcelo Rangel não poderia participar 6ª Reunião do Fórum Paranaense por estar à frente das ações visando restabelecer o serviço de transporte público da cidade, em greve desde o dia anterior.

O superintendente da ANTP, Luiz Carlos Mantovani Néspoli, falou sobre a crise de mobilidade nas cidades, recomendando que os municípios assegurem a prioridade para o transporte público nas vias, permitindo viagens mais rápidas para os usuários, diminuição de custos e maior eficiência dos sistemas. Ele destacou a importância da Lei da Mobilidade Urbana (Lei 12.587/12). E também falou sobre o significado da Década de Ações para Segurança Viária – 2011/2020, que visa reduzir ao menos pela metade o número de mortos no trânsito; trata-se de iniciativa convocada pela ONU, à qual o Brasil aderiu oficialmente, sem, contudo, ter ainda definido um plano nacional de ação. Também participou do encontro a diretora regional da ANTP no Paraná, Rosângela Batistella.

**TRANSPORTE COMERCIAL** – O advogado Marcelo Araújo, presidente da Comissão de Transporte, Trânsito e Mobilidade da OAB/PR, falou sobre questões do transporte comercial – considerando locadoras, transporte escolar e fretamento e, também, transporte remunerado irregular; ele destacou as dificuldades para a fiscalização e a falta ou inadequação da legislação referente a esses segmentos.

O palestrante mencionou a dificuldade de implementação, nas cidades, da Resolução 356 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) sobre moto-frete e moto-táxi. E comentou a Resolução 404, sobre padronização dos procedimentos administrativos na lavratura de auto de infração e envio de notificações, que entraria em vigor justamente na segunda-feira após a reunião dos secretário, dia 1º de julho de 2013. Ao abordar um último tema, causou polêmica, sustentando que, pelo Código de Trânsito Brasileiro,

O texto segue na próxima página

## NAS SESSÕES FINAIS, A ESCOLINHA DE TRÂNSITO E APRESENTAÇÕES TÉCNICAS

No segundo dia, Cícero Porcelani e o agente de trânsito Rafael Martins apresentaram as ações educativas desenvolvidas na Escolinha de Educação, em Maringá, incluído, teatro, sessões para contar histórias, jogos e palestras para escolas e empresas públicas e privadas.

Clayton de Souza apresentou a ferramenta desenvolvida pela empresa Suprema, por meio da qual o usuário do transporte coletivo de Curitiba, acessando o Google, consegue saber o itinerário e os pontos de ônibus das linhas da cidade. Reginaldo Oliveira, falou sobre as atividades da empresa Datapron, mostrando o sistema de semaforização de Curitiba, a integração com a CCO e a bilhetagem eletrônica. Edimilson Kovaleski, da empresa Iessa, apresentou o histórico da Indra, empresa espanhola (patrocinadora oficial do prêmio ANTP de Qualidade) que integra a sociedade aqui no Brasil (IESSA – Indra Esteio Sistemas SA) e informou que no consórcio com Datapron, implantaram a CCO de Curitiba, no qual a central Hermes, controla todo sistema.



em áreas urbanas, não é obrigatório o trânsito de bicicletas à direita das vias, mesmo sem sinalização especial.

**CURITIBA** – Cassiano Ferreira Novo, diretor do Departamento de Educação de Trânsito da Secretaria Municipal de Trânsito de Curitiba, fez uma exposição sobre o papel da educação no desenvolvimento de comportamentos para uma mobilidade segura e apresentou o que tem sido realizado em seu município nesse campo, incluindo atividades do 'Projeto Vida no Trânsito' – ação interministerial desenvolvida em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e entidade Bloomberg Philanthropies, com a participação da capital paranaense e de outras quatro cidades brasileiras.

Novo informou que, segundo levantamentos efetuados desde 2010, em Curitiba, quanto a acidentes de trânsito com mortes, os pedestres são as maiores vítimas, com 41% do total. Disse haver muitos atropelamentos em rodovias que cortam a cidade e que 60% dos pedestres mortos em acidentes são maiores de 60 anos. Ele assinou ainda que grande número de condutores circulam sob efeito de álcool e apresentou aspectos da campanha desencadeada na cidade, intitulada 'Lei Seca vai pegar'.

A gestora de Projetos e Obras da URBS, Olga Prestes, falou sobre o papel da empresa na minimização de conflitos de mobilidade em Curitiba e na região metropolitana

integrada. Comentou sobre a recente implantação do Central de Controle Operacional (CCO), que vem facilitando o gerenciamento das operações de trânsito e transporte com imagens em tempo real. Falou sobre a Rede Integrada do Transporte com a região metropolitana, cuja tarifa social foi reduzida de R\$ 2,85 para R\$ 2,70, embora a tarifa técnica, paga às empresas, seja (mesmo com diminuição do PIS/Cofins e ICMS) de R\$ 2,99. O tema das tarifas dominou os debates no final da sessão.



O Centro de Controle Operacional (CCO) de Curitiba acompanha em tempo real trânsito, ônibus, terminais e estações tubo. [Foto: Cesar Brusto/SMCS Curitiba]



O prefeito de Juiz de Fora, Bruno Siqueira, destacou a importância da 58ª Reunião do Fórum Mineiro. [Foto: Prefeitura de Juiz de Fora]

## FÓRUM MINEIRO

### SECRETÁRIOS PROCURARÃO DETRAN SOBRE REPASSE DE VALORES DE MULTAS

Uma comissão de secretários municipais mineiros da área e mobilidade deverá agendar reunião com a direção do Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG) para discutir os problemas observados na aplicação do Convenio de Trânsito recentemente firmado entre o órgão estadual e os municípios – em especial, o

recebimento de valores referentes a multas que o Estado deveria repassar aos municípios. Essa foi uma das principais decisões da 58ª Reunião do Fórum Mineiro de Gerenciadores de Transportes e Trânsito, ocorrida nos dias 20 e 21 de junho de 2013 em Juiz de Fora.

No encontro, os secretários mineiros decidiram ainda levar proposta ao Fórum Nacional de Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito para que, em sua próxima reunião ordinária, em agosto, considere e debata três temas: 1) A participação de representação dos órgãos municipais de trânsito no Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran); 2) Alternativas para que o custeio da gestão/administração do trânsito não dependa das multas; 3) Acesso direto dos municípios ao cadastro nacional de informações sobre veículos sem depender das tarifas e imposições dos departamentos estaduais de trânsito.

**PARTICIPAÇÃO** – A 58ª Reunião Fórum Mineiro contou com a participação de 82 autoridades, técnicos e especialistas de 16 municípios mineiros e de dois municípios fluminenses. Na solenidade de abertura, ao lado do presidente Fórum Mineiro, Galba Gomes, o prefeito de Juiz de Fora, Bruno Siqueira, destacou a importância do encontro, uma vez que naqueles dias, as condições do transporte público estavam em debate em todo o País.

O secretário municipal de Transporte e Trânsito de Juiz de Fora, Rodrigo Tortoriello, fez uma exposição sobre as iniciativas que vêm sendo implementadas no muni-

cípio, com destaque para os projetos do PAC Mobilidade Médias Cidades, já em andamento, e para a revisão do sistema de transporte público para melhoria da eficiência desse serviço.

De acordo com o secretário, Juiz de Fora tem atualmente 516 mil habitantes, mais de 170 mil veículos (entre os quais, 140 mil automóveis) e um sistema de transporte coletivo com 268 linhas com 589 veículos – média de 2,2 veículos por linha – e caracterizado pela superposição de itinerários. A idade média da frota é 4,5 anos e o sistema transporta mensalmente cerca de 8,5 milhões, com uma quilometragem média de 4 milhões de quilômetros.

O superintendente da ANTP, Luiz Carlos Mantovani Néspoli disse ser necessário “pensar e agir sobre as cidades com o olhar da mobilidade e do transporte público, e não mais com a ênfase que nas últimas décadas vem sendo dada ao automóvel”. O diretor regional da ANTP em Minas Gerais, Ricardo Mendanha Ladeira, destacou que a Lei de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/12), que entrou em vigor no ano passado, constitui grande avanço” caracterizando o marco regulatório do setor.

**PLANOS DE MOBILIDADE** – Na sessão sobre o significado dos planos municipais de mobilidade, o superintendente de Planejamento e Pesquisas da Belo Horizonte Transportes (BHTrans), Rogério Carvalho, relatou a experiência da capital mineira na elaboração de seu plano de mobilidade. Ricardo Mendanha destacou a importância de as cidades de pequeno e médio porte elaborarem os seus respectivos planos, conforme determina a Lei de Mobilidade Urbana

**BICICLETAS** – O secretário de Transportes de Governador Valadares, Seleme Hilel Neto, fez uma apresentação sobre a experiência daquele município em lidar com as quase 150 mil bicicletas e com o sistema de ciclovias implan-

## COM ELEIÇÃO ADIADA, GALBA GOMES FICA NO CARGO ATÉ A PRÓXIMA REUNIÃO

Na última sessão do encontro, que deveria eleger nova direção do Fórum Mineiro, surgiram candidaturas a vice-presidente – os representantes de Pouso Alegre, Juiz de Fora e de Governador Valadares –, e nenhuma para o cargo de presidente.

Considerado o fato de o encontro ter tido participação relativamente baixa, em razão do clima de manifestações nos municípios, chegou-se à conclusão de que seria melhor transferir a eleição para a próxima reunião, e foi solicitado ao secretário Galba Gomes que permanecesse na presidência até a próxima reunião,

tado há mais de 10 anos. Os debates com registros de experiências de outros municípios foi muito rico.

**SISTEMAS INTELIGENTES** – No segundo dia, com coordenação do secretário executivo do Fórum Mineiro, Alexandre Resende, houve uma mesa sobre o tema ITS (Sistemas Inteligentes de Transporte) como ferramenta de gestão da mobilidade. Foram apresentados e debatidos três sistemas.

A Transdata Smart apresentou seu sistema de Controle Operacional e o Transporte Legal; Marcio Gomes, de Belo Horizonte, apresentou um Sistema de Gerenciamento e Operação de Estacionamento Rotativo. Adriano Assis apresentou o equipamento desenvolvido em conjunto com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de apoio para que as pessoas com deficiência visual e de locomoção com direito a embarque diferenciado no transporte público possam avisar previamente o motorista de que estão aguardando no próximo ponto.

## FÓRUM PAULISTA

### O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO (RDC) EM FOCO

Marcelo Bruto, diretor de Logística, da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, fez em 19 de julho de 2013, em São Paulo, uma exposição para o Fórum Paulista sobre o Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Ele indicou os principais ganhos e inovações do RDC, em especial a redução de tempo para realizar as licitações e a diminuição dos casos de recursos. O arquivo da apresentação ficou à disposição do Fórum Paulista.

Segundo Bruto, o RDC é um passo a mais no processo de reforma a Lei 8.666/93, iniciada em 1997, com várias normas e leis que têm buscado agilizar as licitações. Em 2012, a Lei 12.462 estabeleceu o RDC para obras da Copa de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 e obras em aeroportos de capitais estaduais distantes 350 km das cidades



Marcelo Bruto durante a exposição no Fórum Paulista. [Foto: arquivo Nelson de Castro]

sede. Ainda em 2012, com ganhos de tempo observados, foi estendido para ações do PAC, para obras e serviços de engenharia nos sistemas públicos e ensino e de saúde e obras em aeródromos com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Em 2013 o RDC foi estendido para o programa federal de dragagens de portos e hidrovias. “As próximas fronteiras são os Estado e Municípios”, disse.



## FÓRUM PAULISTA

### ZARATTINI ESPERA APROVAR AINDA EM AGOSTO A CRIAÇÃO DO REITUP

No dia 19 de julho de 2013, em São Paulo, em reunião coordenada pelo presidente do Fórum Paulista, Dalton Ferracioli, o deputado federal Carlos Zarattini disse esperar aprovar ainda em agosto, na Câmara Federal, o projeto de lei que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Urbano de Passageiros (REITUP), com desoneração de toda a cadeia produtiva do setor. A matéria é originária da Câmara Federal, foi aprovada com modificações no Senado no dia 2 de julho de 2013, e agora será apreciada novamente pela Câmara, que deverá optar, em cada item modificado ou acrescido, por adotar a forma original da própria Câmara, rejeitando as modificações dos senadores, ou acatar o texto que veio do Senado; nesta etapa, nenhuma nova modificação poderá ser inserida. "Acredito que logo na primeira semana de agosto conseguiremos reinstalar a Comissão Especial e no mais tardar em 15 dias deveremos votar e aprovar na própria Comissão Especial", disse o parlamentar. Se aprovada na própria Comissão Especial, a matéria poderá seguir para sanção presidencial, sem passar pelo plenário da Câmara.

Zarattini foi o autor de um substitutivo sobre o tema apresentado em 2007 e, mais tarde, o relator da Comissão Especial que debateu e aprovou na matéria na Câmara Federal em 2009. Ele conta que uma dificuldade inicial do projeto era que estabeleceria desoneração nos três níveis governo. "Não poderíamos fazer uma lei que obrigasse Estados ou Municípios a abrirem de impostos. Então, por conta disso, criamos esse regime especial, por adesão; Municípios e Estados não são obrigados a aderir".

A ideia foi desonerar, em nível federal, o PIS/Cofins das empresas (3,65%) – o que acabou sendo feito por meio de medida provisória em vigor a partir de 1º de junho de 2013; e desonerar o PIS/Cofins relativo ao óleo diesel, aos ônibus e aos pneus. A base de cálculo da cobrança da contribuição social passaria a ser o faturamento e não mais pelo número de empregados, o que também acabaria estabelecido pelo governo federal no final do de 2012, com uma alíquota de 2%, significando que as empresas pagarão menos ainda do que o proposto no projeto do REITUP, cuja alíquota era de 4%. Foi proposta ainda a desoneração da CIDE/Combustíveis. No nível estadual, a ideia é a desoneração do ICM, basicamente incidente sobre fatores produção: veículos, óleo diesel e pneus. No nível municipal, o foco está no ISS e nas taxas de fiscalização que muitos municípios cobram. "Somando tudo é que se tem a faixa de 20% a 25% de desoneração, dependendo das características de cada sistema".



O deputado Carlos Zarattini reunido com membros do Fórum Paulista  
[Foto: arquivo Nelson de Castro]

O projeto condiciona a concessão do benefício à implantação de bilhete temporal "regime de bilhete único" ou de "sistema de transporte estruturado e integrado física e tarifariamente", nos termos descritos no próprio texto. Como contrapartida as concessionárias e permissionárias deverão atender a diversos requisitos para que obtenham os benefícios fiscais preconizados no projeto.

**O QUE MUDOU** – Zarattini fez um apanhado dos pontos alterados pelos senadores e que a Câmara agora deverá acatar ou rejeitar. Aumentou o número de artigos que tratam da transparência da planilha. Originalmente, o texto afirmava que os convênios do REITUP seriam fiscalizados pelo Ministério das Cidades e pela Receita Federal, na proposta do Senado, o Ministério da Cidades foi retirado. Também foram inseridos artigos falando em transparência pública e obrigando a divulgação de informações via Internet.

O senador Francisco Dornelles, do Rio de Janeiro, sugeriu que, no caso do óleo diesel, em vez de "isenção", a lei fale em "restituição", pois o valor do tributo é cobrado na refinaria e irá embutido no preço do insumo usado pelas empresas de transporte, devendo, então, ser restituído. O senador paulista Aloisio Nunes propôs outra emenda – que Zarattini considera "muito complicada" –, segundo qual toda isenção feita por Estados e Municípios terá de ser abatida na dívida que esses entes federados tenham com o governo federal. "Se essa medida for aprovada, será vetada pela presidente da República e, no caso de derrubada do veto, significará o fim do instrumento de desoneração". -

**LEVANTAMENTO** – Na reunião com Zarattini, o Fórum Paulista decidiu consultar municípios com mais de 200 mil habitantes sobre o consumo de diesel no transporte público, estimando a perda de receita com este insumo, de modo a demonstrar que a renúncia será relativamente pequena diante dos benefícios que a medida trará para a população e para a economia.

## EXPEDIENTE



BOLETIM DOS FÓRUNS é uma publicação mensal editada pela Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) com o objetivo de divulgar as atividades do Fórum Nacional e dos Fóruns Regionais de Secretários e Gestores Públicos de Transporte Urbano e Trânsito. COORDENAÇÃO GERAL - Luiz Carlos Mantovani Néspoli, superintendente da ANTP. GRUPO DE EDIÇÃO - Valéria Aguiar, secretária do Fórum Nacional e do Fórum Paulista; Ricardo

Mendanha Ladeira, diretor regional da ANTP em Minas Gerais; Alexandre Resende, secretário do Fórum Mineiro; Rosângela Batisella, diretora regional da ANTP no Paraná. EDITOR - Alexandre Asquini